

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E VIDA SOCIAL: mudanças e novas perspectivas em tempos de COVID-19

Emanuella Rodrigues Veras da Costa Paiva ¹

Alan Martins de Oliveira ²

Maria Naftally Dantas Barbosa ³

Micharlyson Carlos de Moraes ⁴

RESUMO

O atual cenário de pandemia em decorrência da veloz propagação do COVID-19 tem alterado drasticamente as formas de interação social, evidenciando que paradigmas estão em transformação dadas as incertezas sobre o futuro. Como estratégia na reconstrução dos atuais modelos socioambientais e econômicos, a Educação Ambiental – EA pode ser uma alternativa estratégica para fomentar o debate sobre a relação sociedade e natureza. Assim, o objetivo desta pesquisa bibliográfica é destacar a importância da EA diante das mudanças e perspectivas no contexto da pandemia do COVID-19, através da metodologia bibliográfica realizando levantamentos de informações e atualidades disponíveis e leituras reflexivas de alguns artigos e publicações. As políticas de EA podem contribuir decisivamente focando nos temas que têm relação direta com os impactos socioambientais que propiciam o surgimento de moléstias. A pesquisa reforça a importância e aplicabilidade da EA, compreendendo o apresenta que a importância e a necessidade de revisão de modelos de desenvolvimento excludentes que priorizam o capital em detrimento da vida e da sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Pandemia, Crise socioambiental, Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

As mudanças tecnológicas e a globalização, apresentam-se como fatores que interferem diretamente na crise ambiental, tanto com impactos negativos como positivos, sobretudo nas últimas décadas.

A falta de cuidados na relação natureza-humanidade, vem proporcionando desastres imensuráveis, rompimento de barragens, terremotos no México Tsunamis no

¹ Mestra em Cognição, Tecnologias e Instituições, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA, emanuella.veras@ufersa.edu.br;

² Professor orientador Dr. Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA, alanmartins@ufersa.edu.br;

³ Mestra em Cognição, Tecnologias e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA, naftallydantas2@gmail.com;

⁴ Graduando em Bacharelado em gestão Ambiental pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, micharlyson@hotmail.com;

Japão, seguido por furacão, maior liberação de agrotóxicos no Brasil, desmatamento e aumento das queimadas em grande área da Amazônia e pode seguir com outros vários exemplos de situações acontecidas na natureza tudo está vinculado.

Os conflitos em busca de poder e desigualdade social estão entre os aspectos que aumentam a crise ambiental. Os desastres ambientais de causa antrópica, como o desmatamento, o aumento do efeito estufa em função da industrialização e o uso cada vez mais intenso de combustíveis fósseis, a poluição das águas, da atmosfera e dos solos estão ocorrendo em um formato sem precedentes na história da humanidade. Com efeito, os avanços tecnológicos em áreas como a saúde e meio ambiente mitigam tais impactos, porém não têm sido suficientes.

As questões ambientais inerentes às diversas profissões, se forem orientadas numa perspectiva de sustentabilidade poderão ter forte repercussão na sociedade. Nessa linha a Educação Ambiental – EA formal tem relevante papel. Há, portanto, a necessidade de formar “ambientalmente” profissionais que interfiram positivamente na qualidade do meio ambiente, visando garantir a qualidade de vida em uma sociedade mais justa.

Acontece que, os problemas e preocupações ambientais não é fato recente, trata-se de um processo de exploração ambiental antigo e se intensifica ao longo do tempo, onde na Revolução Industrial (a partir da segunda metade do séc. XVIII), pôde ser visto sobre as condições precárias de moradia e higiene da população que se formava no entorno das indústrias, em um processo de urbanização acelerado e desordenado, em um ambiente onde a condição de vida e saúde iam se deteriorando, as más condições de higiene eram associadas a muitas das doenças da época. Somando-se a isso a poluição do ar e dos rios provocada pelas indústrias que funcionavam a todo vapor.

O Plano Nacional do Meio Ambiente-PNMA, estabelecido pela Lei nº 9.795/1999 (BRASIL, 1999) atribui caráter obrigatório a abordagem da EA ambiental no ensino formal, com a justificativa de propor o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente de forma integrada. De acordo com esta Lei, a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a

conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Este conceito vem sendo modificado ao longo do tempo em permanente construção. Originalmente, a dimensão da EA limitava-se ao estudo do meio ambiente, vinculado ao conceito de natureza e ao modo como esta era percebida. Contemporaneamente, a EA incorpora aspectos contextuais nas dimensões socioeconômica, política, cultural e histórica. Portanto, deve considerar o ser humano componente do meio, numa perspectiva cidadã.

O mundo inteiro vive um cenário crítico, a pandemia causada pelo COVID-19, o novo coronavírus intimida as pessoas com a mesma rapidez com que o vírus se espalha em meio à sociedade, que se encontra acolhida e amedrontada.

O atual cenário de pandemia em decorrência da veloz propagação do COVID-19, com sua alta potencialidade letal, tem alterado drasticamente as várias formas de interação social. A máxima “fique em casa”, incorporada ao discurso cotidiano como forma de prevenção à vida, foi velozmente propagada nos meios de comunicação de massa e nas redes sociais. As instituições de ensino públicas e privadas suspenderam as aulas presenciais; empresas, comércio e prestadores de serviços interromperam o atendimento ao público; o tráfego de transportes públicos e privados foi reduzido, entre outras medidas restritivas de circulação e exposição das pessoas ao vírus. Somente as atividades consideradas essenciais, como alimentação, saúde e segurança, permaneceram em funcionamento.

De repente o mundo para, somos surpreendidos por um vírus letal, com provável origem na China em 2019, que espalhou-se pelo planeta e revelou que não há lugar seguro para se esconder num mundo globalizado, onde a única solução do momento é isolar-se em casa na tentativa de fugir de um inimigo invisível, como forma de conter a propagação do vírus inimigo ou, simplesmente, do novo corona vírus, os líderes internacionais seguiram as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e decretaram o isolamento social.

O lema “fique em casa” espalhou-se rapidamente pelos quatro cantos do hemisfério. Precisávamos nos esconder do inimigo microscópico. As escolas interromperam as aulas; as universidades suspenderam as atividades acadêmicas e administrativas presenciais; os meios de transporte reduziram as viagens, pois os passageiros desapareceram; as empresas e o comércio cerraram as portas e tão-somente

as atividades consideradas essenciais permaneceram em funcionamento. Em síntese, a Terra parou.

Como pensar a existência da humanidade em contextos que a vida se torna ameaçada e fragilizada, qual o sentido que a Educação Ambiental assume nessa situação de limite do COVID-19, em que cada dia milhares de pessoas morrem no mundo? A indagação de como será a vida social pós-pandemia e saber se aprendemos alguma lição com “o vírus invisível” que foi capaz de parar o mundo? Como será esse novo mundo?

Podemos imaginar que nada será como antes, pois tudo isso mudou, movimentou e desorganizou nossas certezas, modificando comportamentos sociais, nos exigindo distanciamento, isolamento, tudo em prol da proteção de todos, e as consequências nos faz pensar acerca do nosso egoísmo e excesso de capitalismo.

Nessa linha, Philippi Jr. et al. (2005) destacam que a EA marca uma nova função social da educação, para além da transversalidade. É responsável pela transformação da educação como um todo, em busca de uma sociedade sustentável, ao formar cidadãos para a reflexão crítica e ação social corretiva ou transformadora do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos.

A inserção dos conhecimentos concernentes à EA nos currículos da educação básica e superior pode ocorrer pela transversalidade, mediante temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade socioambiental perpassando os componentes curriculares (CORTES JUNIOR e SÁ, 2017).

Dessa maneira, os aspectos ambientais passam a ser melhor compreendidos. A transversalidade como mecanismo de ensino, possibilita um desenvolvimento crítico, pois evita conclusões precipitadas, a partir de uma única opinião. Em contrapartida, coloca diferentes conceitos, frente às ideias e contidas nas várias ciências (CARVALHO, 2004).

Este trabalho trata de uma pesquisa bibliográfica no contexto da produção do conhecimento, buscando através de leituras reflexivas na busca de esclarecimentos e a necessidade de exposição do pensamento social.

Diante do atual cenário de pandemia, questiona-se: qual o papel da EA na convivência com o COVID-19 e como pode contribuir para pensar a sustentabilidade da espécie humana num contexto em que a vida se torna muito mais vulnerável? Assim, o objetivo desta pesquisa bibliográfica é destacar a importância da EA diante das mudanças e perspectivas no contexto da pandemia do COVID-19.

METODOLOGIA

Para todo e qualquer pesquisador, uma de suas maiores preocupações se refere à qual percurso metodológico enveredar, uma vez que a metodologia escolhida deve ser adequada ao estudo proposto, como também fornecer instrumentos satisfatórios. No estudo aqui apresentado, consideramos a pesquisa bibliográfica de fundamental importância para a investigação de como a sociedade vai enfrentar os obstáculos e mudanças da vida social após a pandemia que cerca o mundo.

Para Marconi e Lakatos (...), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Para os autores, o estudo da literatura que aborde a mesma temática em questão pode representar uma fonte indispensável de informações, orientando, assim, o processo de construção do trabalho e podendo surgir novas indagações. Nesse caso, a pesquisa bibliográfica coloca o pesquisador frente a frente aos autores envolvidos em seu horizonte de pesquisa. (MINAYO, 2001)

O presente estudo teve como objetivo caracterizar livros, artigos e investigações relacionados a temática, e que foram publicados nos canais de publicação acadêmica (revistas e anais de congressos científicos). Em busca de um melhor e mais consistente levantamento bibliográfico, foram utilizadas as bases de dados *SCIELO* e Periódicos Capes, que auxiliaram na coleta e análise de dados.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Paradigmas estão em transformação e as incertezas sobre o futuro estão alterando as formas de interação social. A EA, como estratégia na reconstrução dos atuais modelos socioambientais e econômicos, é uma alternativa para fomentar o debate sobre a relação sociedade e natureza.

De acordo com a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em 1977 em Tbilisi, Georgia (ex URSS) a educação ambiental é considerada um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tomam aptos a agir individual e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros (DIAS, 1992, p. 92).

Foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. Essa definição é adotada no Brasil e pela maioria dos países membros da Organização das Nações Unidas-ONU (DIAS, 1992, p. IX).

A Educação Ambiental, de acordo com DIAS (1992), se caracteriza por incorporar as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas, o que significa que ao tratar de qualquer problema ambiental, deve-se considerar todas as dimensões. E continua o autor "...a maior parte dos problemas ambientais tem suas raízes na miséria, que por sua vez é gerada por políticas e problemas econômicos concentradores de riqueza e responsáveis pelo desemprego e degradação ambiental”.

Tendo como objetivo, portanto, formar a consciência dos cidadãos e transformar-se em filosofia de vida de modo à levar a adoção de comportamentos ambientalmente adequados, investindo nos recursos e processos ecológicos do meio ambiente. A educação ambiental, deve necessariamente transformar-se em ação.

Enquanto prática político-pedagógica, a EA determinada histórica e socialmente, pretende possibilitar o desenvolvimento e a escolha de estratégias de ação, que venham contribuir para a construção do processo de cidadania e para a melhoria da qualidade de vida da população.

É objetivo da EA fortalecer o poder das populações, dando-lhes instrumentos para planejar, gerenciar e implementar suas próprias alternativas às políticas sociais vigentes, além de resgatar e inventar soluções para melhoria das condições de vida e o desenvolvimento das relações mais solidárias e afetivas. EA tem como papel fundamental a formação de consciências individuais e coletivas. Quando se trata do exercício da EA, esta deve estar relacionada às questões ambientais locais (WEID, 1997).

Assim, visa formar a consciência cidadã e a adoção de práticas ambientalmente adequadas, ou seja, deve necessariamente ser transformada em ação.

Para uma melhor compreensão do fenômeno do COVID-19, é importante perceber a conexão com a degradação ambiental causada pelos humanos. À medida que os ecossistemas são devastados, como a destruição dos habitats de animais silvestres, a convivência e o consumo de espécies exóticas, tornam-se potenciais vetores de doenças. Desse modo, os cuidados com o ambiente não tem sido a prioridade, ao contrário, o que se observa são desmatamentos, as queimadas, poluição do ar e das águas, dentre outras

degradações. O mundo vive um sinal de alerta, que indica que se não houver uma preocupação com a sustentabilidade, a espécie humana irá enfrentar muitas outras pandemias.

QUALIDADE DE VIDA SOCIAL

A Organização Mundial da Saúde-OMS define Qualidade de Vida como as percepções individuais sobre sua posição de vida no contexto dos sistemas de cultura e de valores em que vivem, e em relação às suas metas, expectativas, padrões e preocupações. É um conceito abrangente, que incorpora de uma forma complexa, a saúde física, o estado psicológico, o nível de dependência, as relações sociais, as crenças pessoais e o relacionamento com características que se destacam no ambiente.

Esta definição mostra as visões que referem a qualidade de vida como uma avaliação subjetiva que induz dimensões positivas e negativas e que se apoia no contexto cultural, social e ambiental. A OMS define seis domínios mais amplos que descrevem os aspectos centrais da qualidade de vida que atravessam as culturas: um domínio físico (energia, fadiga), um domínio psicológico (sentimentos positivos), o nível de independência (mobilidade), as relações sociais (apoio social prático), o ambiente (acessibilidade à atenção à saúde) e as crenças pessoais/espiritualidade (sentido da vida). Os domínios da saúde e da qualidade de vida são complementares e se sobrepõem.

A qualidade de vida reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas e que eles não têm negadas oportunidades para atingir a felicidade e a plenitude, com relação ao status físico de saúde, ou as condições sociais ou econômicas. A meta de se melhorar a qualidade de vida, ao lado da prevenção de problemas de saúde evitáveis, tem uma importância cada vez maior na promoção da saúde. Isso é particularmente importante para o atendimento das pessoas idosas, das pessoas com doenças crônicas, dos doentes terminais e dos deficientes (OMS, 1998, p 31).

Qualidade de vida é a expressão que define o grau de satisfação atingido pelos indivíduos ou população, no que diz respeito às suas necessidades consideradas fundamentais. É a somatória de fatores decorrentes da interação entre sociedade e ambiente, atingindo a vida no que concerne às suas necessidades biológicas, psíquicas e sociais inerentes e/ou adquiridas (COIMBRA, 1985).

Se expressa mediante a utilização de indicadores sociais concretos e objetivos como a taxa de desemprego, a densidade populacional e outros subjetivos, abstratos, baseados em informações colhidas diretamente dos indivíduos que compõem uma população em estudo. Não há como dissociar qualidade de vida do comportamento do indivíduo e da sociedade, resultante da sua organização e do seu desenvolvimento cultural (PELICIONI, 1995, p. 40).

Cultura aqui, entendida como o resultante do crescimento praticamente infinito do conhecimento humano.

Para FORATTINI (1991), qualidade de vida, em sua essência, se traduz então, pela satisfação em viver. De acordo com esse autor, "o estado de satisfação ou insatisfação constituem na verdade, experiência de caráter pessoal e está ligado ao propósito de obtenção de melhores condições de vida. O grau de ajustamento às situações existentes, ou então, o desejo de mudança, poderão servir para avaliar a presença ou ausência de satisfação".

Para HÖRNQUIST (1990) é o grau de satisfação de necessidades nas áreas física, psicológica e social. Essas necessidades podem ser concretas e dizem respeito a áreas mais genéricas como alimentação e moradia, enquanto que as outras, são de natureza mais particular como a autoestima e a auto realização. Podemos considerar como determinantes da qualidade de vida:

- I. os determinantes orgânicos ou biológicos que dizem respeito à saúde e à doença;
- II. os psicológicos tais como bem-estar e a percepção, a identidade, a autoestima, o estado emocional e a afetividade, o aprendizado e a criatividade, o conhecimento e a habilidade;
- III. os determinantes sociais: o relacionamento em geral, a vida familiar, a vida sexual, a privacidade;
- IV. os determinantes comportamentais: a autodeterminação e a mobilidade, a vida profissional, hábitos como fumo, álcool, a alimentação, o repouso, o lazer entre outros;
- V. os materiais: a economia privada e a auto sustentação, a habitação, os bens e a renda;
- VI. os estruturais: o significado da própria vida, a posição social e a concepção sócio-política, entre outras (HÖRNQUIST, 1990).

A qualidade de vida coletiva pode ser considerada como a resultante de condições socioambientais e estruturais que se desenvolvem na sociedade. Entre os indicadores sociais usados para avaliá-los podemos citar:

- I. os indicadores ambientais que dizem respeito à qualidade da água, ar e solo,
- II. à poluição e contaminação;
- III. os indicadores habitacionais: a densidade, a disponibilidade e as condições de habitabilidade;
- IV. os urbanos: a concentração populacional a comunicação e o transporte, a educação, a segurança, a poluição sonora e visual, local e paisagística;
- V. os sanitários: a morbidade e a mortalidade, a assistência médica e hospitalar,
- VI. o estado nutricional;
- VII. os sociais: as condições socioeconômicas e classes, o consumo, as necessidades e desigualdades, a família e a sexualidade, as condições de trabalho e profissão, a recreação, o lazer e o turismo, como também, o sistema político-administrativo (FORATTINI, 1991).

Todos esses indicadores se inter-relacionam intimamente, devem ser considerados em conjunto e têm caráter essencialmente social. O conceito de qualidade de vida, portanto, transcende o conceito de padrão ou nível de vida, de satisfação das necessidades humanas do TER para a valorização da existência humana do SER e deve ser avaliada pela capacidade que tem determinada sociedade de proporcionar oportunidades de realização pessoal a seus indivíduos no sentido psíquico, social e espiritual ao mesmo tempo em que lhes garante um nível de vida minimamente aceitável.

Uma nova visão do mundo está aos poucos se estruturando com uma proposta de estilo de vida, caracterizada pela recusa ao materialismo e consumismo exacerbados e por um progressivo deslocamento de *Ter* para o *Ser*. Uma moderna cultura urbana que privilegia a troca de experiências individuais e a atmosfera espiritual vivenciada por novos valores, novos significados e laços com o ambiente da vida cotidiana.

Este novo estilo de vida pós-consumismo, necessário pois os recursos do planeta são finitos, deslocará a atenção das coisas para as pessoas, do ter para a arte de viver.

Esta revalorização da vida permitirá um aumento da capacidade de escolha e a busca da satisfação dos sonhos e desejos na arte e na filosofia, *na* religião e na ciência, objetivando a auto realização. Só então, se conseguirá viver a vida com "qualidade".

COVID-19

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), o tão temido vírus que assusta a sociedade em tempos de pandemia. Os primeiros coronavírus humanos foram isolados, inicialmente, em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do seu perfil na microscopia com uma forma de coroa (MINISTERIO DA SAUDE, 2020).

O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31 de dezembro de 2019, após o registro de casos na China. Pertencente a uma família de vírus que causa infecções respiratórias, surgiu na cidade de Wuhan, na província de Hubei, China Central.

Com um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) registram que 20% dos casos de pacientes acometidos pela COVID-19 chegam a requerer atendimento hospitalar, dos quais 5% atingem uma situação mais grave, quando necessitam de suporte para o tratamento da insuficiência respiratória.

Com o avanço do número de casos confirmados, assim como o número de mortes em todo mundo, a OMS declarou, no mês de janeiro do ano de 2020, o cenário como de emergência da saúde global e, na prática, configurando-se como uma pandemia, situação em que uma doença já está disseminada por todo planeta. Segundo a OMS ainda, o número de pacientes infectados, de mortes e de países atingidos deve aumentar nos próximos dias e semanas, declaração feita em 11 de março de 2020 (OMS, 2020).

Definitivamente o mundo parou, estando dividido entre os que defendem a proteção da vida por meio do isolamento social e aqueles que defendem a abertura do comércio e das atividades não essenciais para a retomada do crescimento econômico. Isso porque a economia é um dos centros de preocupação e, ao que tudo indica, dias piores estão por vir.

Em tempos pandêmicos, as pessoas estão preocupadas em salvar vidas, fortalecendo o sentimento de enfrentar todos esses problemas: social, econômico e também ambiental. Surgem questões que despertam uma reflexão sobre a relação da COVID-19 com o meio ambiente. Sobretudo, o fato de as alterações ambientais provocadas pelo homem no planeta estarem associadas a propagação de novas doenças, até então, desconhecidas pela ciência.

Cuidar do meio ambiente sempre foi tarefa difícil para os seres humanos, tendo em vista que a preservação, para a maioria, não é a prioridade. Ao contrário, o que se observa é o desmatamento, as queimadas, a poluição do ar e das águas, dentre outras degradações.

Segundo essa ideia, o surto do novo coronavírus poderia ser reflexo de toda degradação ambiental causada pelos seres humanos, à medida que os ecossistemas são devastados como, por exemplo, a destruição dos habitats de animais silvestres que, em contato com o homem, tornam-se potenciais vetores de doenças. Segundo a OMS, os morcegos são os mais prováveis transmissores da COVID-19. Porém, também é possível que o vírus tenha sido transmitido aos seres humanos a partir de outro hospedeiro intermediário, seja um animal doméstico ou selvagem (OMS, 2020).

Para tentar controlar a destruição do planeta e fundamental preservar os ecossistemas e a vida selvagem, o comércio ilegal, a ocupação dos habitats, a poluição e também as mudanças climáticas. O mundo vive um sinal de alerta, que indica que se não houver uma preocupação com a sustentabilidade, a espécie humana irá enfrentar muitas outras pandemias.

E preciso considerar que os seres humanos e a natureza fazem parte de um sistema interconectado, no qual os elementos que compõem o planeta Terra encontram-se interligados. A natureza é fornecedora de recursos naturais como alimento, remédios, água, ar e muitos outros benefícios que permitiram a vida humana na Terra.

Em tempos de isolamento social, o meio ambiente se beneficia com a expansão do coronavírus com ruas e indústrias vazias, controle na poluição, o que vem provocando impacto significativo na luta contra as mudanças climáticas. A emissão de poluentes reduziu conforme o fechamento das fábricas e os meios de transporte nas ruas (GRANDELLE, 2020). No entanto, isso só está acontecendo por causa do isolamento que a população vivencia.

Inclusive, nota-se uma melhoria na qualidade de vida nas cidades. Um exemplo da mudança nos costumes de consumo e a redução dos combustíveis fósseis, resultados benéficos para a humanidade e, sobretudo, para o planeta. Toda essa pandemia deixa claro que precisamos nos preocupar com urgência com o consumo desenfreado, a destruição do planeta e as mudanças climáticas.

Logo, a dispersão do novo coronavírus tem se mostrado positiva em relação a redução dos impactos ambientais (CICLOVIVO, 2020). Acredita-se que, quando tudo voltar à normalidade, os governos possam entender a importância de direcionar esforços

visando a sustentabilidade dos sistemas. A pandemia é preocupante, mas revela a oportunidade de o homem enxergar o quanto e como deve ser mais sustentável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o necessário isolamento social, devido à expansão do coronavírus, tem-se constatado redução na poluição atmosférica, devido a drástica redução de circulação de automóveis e fechamento temporário das fábricas, ocasionando significativo impacto positivo na luta contra as mudanças climáticas (GRANDELLE, 2020). O estado de pandemia evidencia a fundamental e necessária alteração nos atuais padrões de consumo, que impactam no aquecimento global e possível extinção da espécie humana, uma vez que o planeta tem em si o potencial de resiliência. A pandemia é preocupante, mas revela possibilidades para indivíduos e governos repensarem um mundo sustentável.

Não obstante, é importante destacar que as ações de enfrentamento ao cenário de pandemia devem se dar em várias frentes. O conjunto de ações políticas, econômicas e as que envolvem a sociedade civil organizada, fazem parte deste estudo como pano de fundo. O destaque aqui se refere especificamente à EA como uma possível ferramenta de combate e convivência com esse cenário de medo e revisão de valores sociais e ambientais.

Boff (1999) aponta metaforicamente que as sociedades estão enfermas, em função dos desníveis sociais e da má qualidade de vida causado por um modelo de desenvolvimento baseado na exploração da natureza e dominação da força de trabalho das pessoas. A natureza, incluindo a vida humana são consideradas em segundo plano. O cuidado com o próximo e as temáticas ambientais devem portanto ser priorizadas em ações de EA.

As políticas de EA devem ser reforçadas enfatizando alguns temas como a saúde pública, o saneamento ambiental e a gestão de resíduos sólidos; a segurança alimentar, com ênfase à produção de alimentos, seus impactos e a questão da fome; a preservação ambiental de ambientes vulneráveis; a gestão sustentável das cadeias produtivas; a gestão energética, com ênfase à geração de energia por fontes renováveis; o cuidado com os grupos em situação de vulnerabilidade, tais como indígenas, idosos, doentes crônicos, pessoas com baixa ou nenhuma assistência médica, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tantas incertezas e do medo generalizado, frente aos dados alarmantes sobre a alta taxa de mortalidade registrada diariamente em todo mundo, das pessoas contaminados pelo COVID-19, fica evidente que os agrupamentos sociais mais vulneráveis social e economicamente estão entre as vítimas mais frequentes. As desigualdades econômicas estão entre um dos maiores desafios no controle desta pandemia, pois os agrupamentos sociais menos favorecidos são os mais expostos ao vírus e com as dificuldades de acesso aos sistemas de saúde, o drama destas pessoas é maior que o das famílias que possuem condições estruturais e financeiras para a manutenção do isolamento social.

O surgimento do **COVID-19** provoca a necessidade de reaprendizagens de cuidados fundamentais como horizonte ambiental possível. Nessa perspectiva, o contexto da pandemia aponta uma mudança nas prioridades de valores. Não é apenas o vírus que precisa ser combatido, mas as desigualdades e injustiças inerentes ao sistema capitalista.

Se os projetos sustentados pela racionalidade estratégica, cabe a Educação Ambiental, a partir de um olhar plural, abordar questões centrais sobre o sentido da vida, do excesso de consumismo, do cuidado com as pessoas e seu próximo, cuidado com a vida em suas múltiplas formas de manifestação, cuidado com a alteridade coletiva, considerando o que o autor (BOFF, 1999), que o cuidado é priori ontológico, significa reconhecer que a nossa existência é precedida pelo cuidado.

O **COVID-19** reivindica reaprendizagens de cuidados fundamentais como horizonte ambiental possível. Nessa perspectiva, após a pandemia, deve haver uma mudança em nossa escala axiológica onde as prioridades de valores podem ser alteradas.

À Educação Ambiental, portanto, cabe contribuir para o processo de transformação da sociedade atual em uma sociedade sustentável, centrado no exercício responsável da cidadania, que considere a natureza como um bem comum, leve em conta a capacidade de regeneração dos recursos materiais, promova a distribuição equitativa da riqueza gerada e favoreça condições dignas de vida para as gerações atuais e futuras (SADER, 1992).

A desaceleração da economia trazida pela pandemia fez regredir rapidamente a poluição do ar, a concentração de dióxido de carbono, a redução do ruído e uma

melhoria na qualidade de vida nas cidades. É uma demonstração de que a mudança nos hábitos de consumo, a redução no uso de combustíveis fósseis e uma nova dinâmica na produção de bens e serviços pode produzir resultados duradouros e benéficos para a humanidade e, melhor ainda, para o planeta.

REFERÊNCIAS

BOFF, L. **Saber cuidar: a ética do humano** - compaixão pela terra. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. CEPAL, Comissão Econômica para América Latina. Panorama Social da América Latina 2019. Disponível [aqui](#). Acesso: maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1999. Disponível em <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=491>>. Acesso em 30 mar. 2020.

CARVALHO, I. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez. 2004.

CICLOVIVO. **Surto de coronavírus é reflexo da degradação ambiental**. Disponível em: <<https://ciclovivo.com.br/covid19/surtode-coronavirus-e-reflexo-da-degradacao-ambiental>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

COIMBRA, J. de A.A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo, CETESB/ASCETESB, 1985.

CORTES JUNIOR, L. P.; SA, L. P. Conhecimento pedagógico do conteúdo no contexto da educação ambiental: uma experiência com mestrandos em ensino de ciências. *Ensaio: Pesquisa em Educação e Ciências* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v.19, e2589, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198321172017000100204&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 fev. 2020.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 1992.

FORATTINI, O.P. **Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil**. Rev. Saúde Pública, 25:75-86, 1991.

GRADELLE, R. **Ruas vazias e freio na poluição: meio ambiente se beneficia com expansão do coronavírus**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/ruas-vazias-freio-na-poluicao-meio-ambiente-se-beneficia-com-expansao-do-coronavirus-24324162>>. Acesso em: 22 mai. 2020.

HORNQÜIST, J.O. **Quality of life: concept and assessment**. *Scand. J. Soc. Med.*, 18:69-79, 1990.

MINISTERIO DA SAUDE. **Sobre a doença**. Disponível em:
<<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OMS. **Organização Mundial da Saúde**. Disponível em:
<<https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PHILIPPI JUNIOR, A.; et al. **Bases Políticas, Conceituais, Filosóficas e Ideológicas da Educação Ambiental. Educação Ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005. 878 p.

SADER, E. **A ecologia será política ou não será**. In: GOLDENBERG, M. org. *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro, Revan, 1992, p. 135-42.